

BOLETIM RIPA J

1ª Edição
Publicação piloto da RIPA J

Setembro 2019



EDITORIAL

Os países membros da Reunião de Instituições Públicas de Assistência Jurídica dos países de Língua Portuguesa – RIPAJ têm a honra de publicar a primeira edição do Boletim Informativo da RIPAJ.

Esta publicação tem por motivação promover a troca de informação institucional pertinente à atuação das instituições públicas de assistência jurídica dos países membros da RIPAJ.

À luz da Declaração Constitutiva deste Foro composto por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, existe a “imperiosa necessidade de fortalecimento das instituições públicas de assistência jurídica dos países de língua portuguesa, com a criação de condições para uma melhor aplicação da justiça, de mecanismo sólido de acesso à ordem jurídica justa, de respeito dos direitos e garantias contemplados nos tratados internacionais e nas Constituições dos países membros da CPLP”. (RIPAJ, 2011)

Nesse diapasão, incluem-se no Boletim Informativo ora apresentado notícias e informações sobre os 8 países membros da RIPAJ, considerando suas diversidades, contextos históricos e culturais, arcabouços jurídicos e atualidades.

Fazemos votos de que este Boletim Informativo seja mais um incentivo para cooperar com a integração destes países em consonância com os objetivos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP.



SUMÁRIO



ANGOLA FORTALECE O SISTEMA JURÍDICO DOS DIREITOS HUMANOS

Após a aprovação da Assembleia Nacional, o processo foi remetido para Promulgação pelo Presidente da República e Publicação no Diário da República (nos dias 9 e 16 de Julho) em conformidade com a Lei nº 4/11, Lei dos Tratados Internacionais, tendo sido feito o depósito dos instrumentos de adesão pelo Presidente da República durante a última Assembleia Geral das Nações Unidas.

Com a ratificação destas Convecções, a República de Angola está a fortalecer o sistema jurídico de promoção e proteção dos Direitos Humanos a nível nacional e cumprir com os seus compromissos a nível internacional, especialmente enquanto Estado Membro do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas para o período 2018-2020.

Em Outubro de 2018, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, em parceria com o Escritório Regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, organizou uma Mesa Redonda sobre a Ratificação dos Tratados. A actividade serviu para divulgação dos mesmos e análise das vantagens da sua ratificação.

Em matéria de Direitos Humanos consideram-se Nove (9) os principais Tratados Internacionais de Direitos Humanos. Angola é Estado Parte do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos; Pacto Internacional dos Direitos Económicos Sociais e Culturais; Convenção sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher; Convenção sobre os Direitos da Criança; e a Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência.



ANGOLA ELEITA MEMBRO DO CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DA ONU



Em 13 de junho de 2018, Angola ficou entre os 18 países eleitos para o Conselho Econômico e Social da ONU, ECOSOC. O país africano recebeu 183 votos a favor de um total de 187 Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas presentes na votação.

A última vez que Angola esteve no Conselho Económico e Social foi no período 2006-2008. O ECOSOC é composto por 54 membros e os assentos são distribuídos com base na representação geográfica de 14 para os Estados africanos, 13 da Europa Ocidental e outros Estados, 11 da Ásia e Pacífico, 10 da América Latina e Caribe e 6 da Europa do Leste.

O Conselho Econômico e Social é o órgão que coordena o trabalho econômico e social da ONU.

Fonte: Portal MINJUSDH

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos realizou nos dias 4 e 5 de Julho de 2018, um “Workshop sobre Fortalecimento do Quadro Legislativo de Protecção às Vítimas de Tráfico de Seres Humanos em Angola (TSH)”, no Hotel de Skyna.

O evento teve por objetivos avaliar os progressos do projecto de Lei de Protecção de vítimas / Testemunhas em Angola, analisar as boas práticas de outras jurisdições sobre o desenvolvimento da legislação de protecção as vítimas / testemunhas, identificar as principais lacunas e desafios no desenvolvimento da referida Lei e Identificar as áreas prioritárias para cooperação entre o UNODC e o Governo de Angola para o desenvolvimento da Lei. O debate enquadra-se no âmbito da elaboração e discussão de um projecto de Lei relativo a medidas de Protecção das Vítimas e testemunhas do Tráfico de Seres Humanos.



DPU APRESENTA BOAS PRÁTICAS À CPLP EM REUNIÃO SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS



A Defensoria Pública da União (DPU) participou, entre os dias 27 e 29 de novembro de 2018, em Brasília, da 4ª Reunião da Comissão de Trabalho em Matéria de Tráfico de Seres Humanos e da apresentação de boas práticas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, ocasião em que estiveram reunidos representantes dos sete países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O evento acontece a cada dois anos e tem como objetivo acompanhar os progressos registrados em cada país participante com relação às recomendações determinadas na Declaração de Lisboa, instituída em 2013. Algumas das recomendações se referem à promoção do debate sistemático sobre o tráfico de seres humanos, sobre a característica desse crime como uma infração penal autônoma e específica, o combate às causas profundas dessa criminalidade por meio da inclusão da prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos no diálogo político e nos documentos estratégicos de cada Estado.

O tráfico de pessoas decorre dos mais variados fatores, dentre eles, a enorme desigualdade social. A prática ultrapassa os limites territoriais de combate, fato que cria a necessidade de desenvolver trabalho conjunto entre os países, tanto na esfera governamental como entre as instituições e demais atores da sociedade civil. As Defensorias Públicas e instituições públicas de justiça representam mais um reforço às estratégias de combate ao tráfico de pessoas, em vista da atuação institucional voltada a atenuar o problema estrutural da desigualdade social no que tange ao acesso à justiça.

Representando a DPU, o defensor público federal Leonardo Cardoso Magalhães, coordenador do Grupo de Trabalho Assistência e Proteção às Vítimas de Tráfico de Pessoas, proferiu palestra sobre os projetos e iniciativas da Defensoria Pública da União no enfrentamento ao tráfico de pessoas e falou sobre repatriação e as boas práticas institucionais no trabalho realizado em Manaus (AM) no âmbito do projeto GLO.ACT, dentre outras iniciativas voltadas ao atendimento jurídico gratuito a migrantes vulneráveis.



COOPERAÇÃO BRASIL E TIMOR-LESTE

Projeto de cooperação entre a DPU e a Defensoria Timorense terá continuidade



A Defensoria Pública da União (DPU) leva a cabo, em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o projeto de cooperação Sul-Sul "Apoio ao Fortalecimento do Setor da Justiça em Timor-Leste - 7ª Etapa. Este projeto tem por objetivo apoiar a construção do Estado de Direito em Timor-Leste, por meio da consolidação da atuação do corpo de servidores e Defensores Públicos da Defensoria Pública de Timor Leste (DPTL).

Nessa atual fase a DPU está colaborando com o desenvolvimento e capacitação da DPTL em seus Serviços de Inspeção (atividade análoga à Corregedoria no Brasil), além de apoio e capacitação na área de processo penal e processo civil.

A história da Defensoria Pública da União na cooperação com o Timor - Leste se iniciou há quase 13 anos, em 2006, e desde então tivemos mais de 10 Defensores Públicos Federais atuando pela Defensoria Pública da União na República Democrática de Timor-Leste nas mais diversas áreas jurídicas, como direito penal e civil.

Atualmente, ao longo deste ano de 2019, o Defensor Público Federal de Categoria Especial Pedro Paulo Raveli Chiavini está atuando como defensor público cooperante no Timor Leste na qualidade de Inspetor (Corregedor), além de colaborar com a organização do concurso interno

de promoção dos defensores públicos timorenses para a 1ª classe (último grau de promoção) da DPTL, além da capacitação de defensores públicos timorenses para assumir a Inspeção e cursos de formação complementar em matérias jurídicas gerais.

Periodicamente essa cooperação deve ser revista para verificar os objetivos alcançados e estabelecer novos focos de atuação, por esta razão, em outubro de 2019 haverá uma nova missão de prospecção in loco, na qual participará o Subdefensor Público-Geral Federal Dr. Jair Soares Jr. e equipe, além de equipe da ABC conduzida pelo analista Paulo Lima, onde haverá reuniões com o Defensor Público-Geral de Timor-Leste, Dr. Cândia Xavier. Também serão realizadas reuniões com o Ministro da Justiça de Timor Leste e Presidente do Tribunal de Recursos.

Acreditamos que essa parceria é benéfica para as Defensorias Públicas e para a atuação no atendimento dos cidadãos vulneráveis no Brasil e Timor Leste. Os resultados obtidos com a cooperação são certamente essenciais para o desenvolvimento social de ambas as nações.



DPU DIVULGA OBRA SOBRE COOPERAÇÃO ENTRE DEFENSORIAS DO BRASIL E TIMOR-LESTE

A cooperação entre as defensorias públicas do Brasil e de Timor-Leste, uma parceria iniciada em meados dos anos 2000, é o tema principal do livro Defensores Públicos Federais brasileiros no sistema de justiça de Timor-Leste: iniciativas individuais e esforço institucional.

Leia o livro Defensores Públicos Federais brasileiros no sistema de justiça de Timor-Leste



BRASIL





A Defensoria Pública da União leva a cabo, em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, o projeto de cooperação Sul-Sul “Apoio ao Fortalecimento do Setor da Justiça em Timor-Leste – Sétima Etapa, que teve início em abril de 2016. Este projeto tem como objetivo apoiar a construção do Estado de Direito em Timor-Leste, por meio da consolidação da atuação do corpo de funcionários da defensoria Pública de Timor Leste. Prevê-se o desenvolvimento de capacidades da defensoria Pública de Timor-Leste em serviços de inspeção, processo penal e processo civil.

A nossa história de cooperação com o Timor – Leste se iniciou há doze anos, em 2006 e, desde então, tivemos mais de dez Defensores Públicos Federais atuando pela Defensoria Pública da União na República Democrática de Timor-Leste nas mais diversas áreas jurídicas, como direito penal e civil.

Acreditamos que essa parceria é benéfica para as defensorias e para nossa atuação no atendimento dos cidadãos vulneráveis em nossos países. Os resultados obtidos com a cooperação são certamente essenciais para o desenvolvimento social de ambas as nações.



ATELIER DE APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VALIDAÇÃO DO ANTEPROJETO DE DECRETO DE TRANSFORMAÇÃO DO GICJU

Nos dias 24 e 25 de outubro de 2018, o Defensor Federal da Categoria Especial Antônio Carlos Torres de Siqueira participou do Atelier de apreciação, discussão e validação do anteprojeto de decreto de transformação do GICJU, no Instituto de Assistência Jurídica e Defensoria Pública INDEP da Guiné-Bissau. O anteprojeto visa assegurar a efetivação do estatuto do Serviço Público de Assistência Jurídica e Judiciária a pessoas físicas vulneráveis da sociedade guineense.

A apresentação do Defensor focou o modelo de Defensoria da DPU e seus principais resultados. Nesta ocasião, ocorreram também visitas às unidades do GICJU no Bairro Militar e em Bissau Velho, em Bissau.





APROVAÇÃO DO PLANO NACIONAL CONTRA TRÁFICO DE PESSOAS

O Conselho de Ministros de Cabo Verde realizado em 03 de maio de 2018, aprovou a Resolução que aprova o Plano Nacional contra tráfico de pessoas, tendo o Ministro de Estado, Fernando Elísio Freire, realçado que Cabo Verde pela sua posição estratégica no cruzamento de vários continentes e países não está imune a esta realidade.

O Plano Nacional Contra Tráfico de Pessoas - PNCTP - tem a duração de três anos e foi apresentado após a realização pelo Ministério da Justiça e Trabalho de Cabo Verde, em parceria com o Escritório das Nações Unidas contra Droga e Crime, UNODC, e com a Embaixada dos Estados Unidos América em Cabo Verde, duas ações de formação sobre o Tráfico de Pessoas, numa primeira fase, sobre a Investigação e Acusação sobre o Tráfico de Pessoas e na segunda fase, sobre a Proteção e Assistência às Vítimas.

O Plano Nacional Contra Tráfico de Pessoas tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento e a implementação de respostas abrangentes e eficazes na luta contra o tráfico de seres humanos. Cabo Verde vai contar com um Observatório de Monitorização e Identificação rápida de situações de tráfico de seres humanos.



CABO VERDE QUER IGUALDADE DE GÉNERO “EM OPORTUNIDADES E RESULTADOS” NA CPLP

“

Temos mulheres muito educadas, mas isto não resulta num bom emprego ou numa boa situação

”

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, reuniu ministras e secretárias de Estado dos seus oito Estados-membros em reunião paralela à 63ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher, CSW, em Nova Iorque. Cabo Verde, que exerce a presidência rotativa do bloco lusófono, teve a ministra da Educação, Família e Inclusão Social a liderar o encontro de alto nível.

Igualdade

Maritza Rosabal disse à ONU News, antes do evento, que é importante que os integrantes possam interagir em temas relacionados à igualdade de gênero.

“Temos diferenças, mas somos iguais na diferença. Isto é importante. Neste sentido, como digo o nosso objetivo é em nome das nossas mulheres e meninas é reiterar o nosso compromisso em continuar trabalhando para que realmente exista uma igualdade de gênero e que todas as pessoas sejam iguais não só em oportunidades como também nos resultados. Às vezes, temos por exemplo áreas onde temos mulheres muito educadas, mas isto não resulta num bom emprego ou numa boa situação. Então deve ser igual não só nas oportunidades, mas também em outros dados, ou seja, no trabalho, e aí vamos continuar a trabalhar. Isto não só serve para mulheres como mulheres da CPLP.”

Os temas debatidos no encontro incluem a atuação dos países-membros da CPLP na promoção do empoderamento feminino. A ministra disse haver influência do desempenho de cada país-membro em todo o bloco.





Balanço

“É a voz de todos nós e é importante que nós tenhamos essa interação. Os recursos são baseados no que tem vindo a acontecer a nível da CPLP. Temos um plano de trabalho de cada país sobre o que cada um deles vem desenvolvendo. Normalmente nas reuniões cada país apresenta a sua situação. Há um balanço dessa situação. Também se vão escolhendo experiências, se vão fazendo balanços dos planos e se vai decidir como continuar.” A organização declarou 2018 como o Ano da CPLP Livre da Violência e Discriminação.

Femicídios

“E alguns desses feminicídios, depois, seguidos de suicídio. E isso claro que nos coloca perante um quadro preocupante porque o que está acontecendo. Por um lado, temos as mulheres mais empoderadas, mas por outro, temos os homens que não. Por tanto, parece, pode ver, e isso estamos a realizar um estudo importante. Porque há que desvendar as causas. Eu digo que há causas que podem ser sociais, de representações, de perda de poder, não saber partilhar o poder.” A ministra cabo-verdiana anunciou que decorre um estudo para identificar as razões da violência baseada no género.



A Ministra da Justiça e Trabalho, Janine Lélis, presidiu o evento "Fórum Nacional dos Prestadores de Informação Jurídica", organizado pelo Ministério da Justiça e Trabalho em parceria com as Nações Unidas, no dia 11 de junho.

O Fórum foi realizado através da Direção Geral da Política de Justiça e contou com a participação de prestadores de informação jurídica de todos os

conselhos do país e o objetivo é facilitar o intercâmbio e a partilha de experiências como forma dos mesmos prestarem um melhor serviço às comunidades e populações. Apresentando aos Prestadores a base de dados como ferramenta de pesquisa e partilha de informação jurídica.





Foto ilustrativa (2013): Mulheres participam em programa de alfabetização na vila de Nhacra

FUTURAS LÍDERES EM FORMAÇÃO NO NORTE DA GUINÉ-BISSAU

150 jovens estão em estágio num acampamento na localidade de Canchungo. Iniciativa da Rede Nacional de Jovens Mulheres Líderes visa "remover barreiras e normas socioculturais e promover a valorização das meninas".

O acampamento, primeira escola nacional de jovens mulheres líderes da Guiné-Bissau, é uma organização da Rede Nacional de Jovens Mulheres Líderes (Renajelf -GB), presidida por Fatumata Sané, de 25 anos, médica recém-graduada em Bissau.

A agência de notícias Lusa visitou a escola, que decorre em seis oficinas improvisadas em vários pontos da cidade de Canchungo, onde 150 jovens, dos 16 aos 28 anos, vindas de todas as zonas da Guiné-Bissau, recebem formações em domínios diversos como inteligência emocional, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e não desejada, liderança, cultura e arte, gestão associativa, direitos humanos e migração, entre outras valências.

Profissionais seniores, na sua maioria mulheres já no mercado de trabalho, foram convidadas pela Renajelf para ministrarem aulas práticas e noções básicas às futuras líderes, de quem se espera "atitudes, melhoria de virtudes, autoconfiança" nas suas comunidades, a partir de "novos valores cívicos".

De todos os cantos do país

Fatumata Sané destacou também o facto de a iniciativa, a primeira no país, ter juntado "meninas, futuras líderes" oriundas de todas as regiões e de todas as franjas sociais - de organizações comunitárias, jovens com deficiência física, de confissões religiosas, jovens jornalistas, de partidos políticos, desportistas, empreendedoras e militares.

Dados do Governo guineense indicam que 60% da população ativa é considerada jovem e cerca de 61% da população é do sexo feminino, num país com cerca de 1,8 milhões de pessoas.





ARTISTAS JUNTAM-SE PARA COMBATER ABANDONO ESCOLAR DE MENINAS

Na Guiné-Bissau, as mulheres são quem menos frequenta o sistema de ensino. E as meninas da região de Biombo precisam urgentemente de uma escola digna. Por isso, vários músicos juntaram-se em solidariedade.

A cantora guineense Karina Gomes deu a cara a uma nova iniciativa de solidariedade para angariar fundos para a construção de uma escola para as raparigas de Biombo, uma das regiões mais pequenas da Guiné-Bissau. E vários músicos juntaram-se a ela, incluindo Eneida Marta.



ONU APOIA APROPRIAÇÃO DO ANTEPROJETO SOBRE A PROTEÇÃO DA CRIANÇA

O Fundo das Nações Unidas para a Infância, Unicef, o Governo da Guiné-Bissau e a Sociedade Civil validaram a proposta para harmonizar a legislação nacional sobre a proteção e promoção dos direitos da criança às Convenções Internacionais.

O seminário técnico proporcionou um enquadramento legal da situação da criança e ouviu as organizações interessadas na capital guineense.

No evento também estiveram representantes do poder local e comunidades para abordar as soluções que mais se adaptam a realidade guineense e tornar o quadro legal do país mais amigo da criança.

Em conversa com a ONU News, em Bissau, a chefe de Proteção da Criança do Unicef, Sónia Polónio, associou a centralização das instituições na capital do país ao défice do sistema que protege os menores.



MOÇAMBIQUE VAI SEDIAR PRÓXIMA CIMEIRA DA SADC



O Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa (à esq.), e o Presidente da Tanzânia, John Pombe Magufuli (à dir.)

O Presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, anunciou este domingo (18.08) que o país vai receber e organizar a próxima cimeira da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Num discurso realizado na cerimónia de encerramento da 39ª cimeira em Dar es Salam, na Tanzânia.

Filipe Nyusi agradeceu a confiança e garantiu estar preparado para organizar a próxima cimeira, convidando os seus homólogos dos restantes 15 países que integram a SADC a estarem presentes em Maputo.

O Presidente moçambicano disse que a próxima cimeira servirá para resolver alguns dos temas que ficaram sem conclusão nesta cimeira, como "a transformação do fórum parlamentar em parlamento regional".

Filipe Nyusi também agradeceu aos Estados membros da SADC o apoio e solidariedade "para minorar o sofrimento e drama humanitário" provocados pela passagem dos ciclones Idaí e Kenneth no centro e norte de Moçambique e o facto de terem testemunhado a assinatura do acordo de paz e reconciliação com a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), o maior partido da oposição.

A 39ª cimeira da SADC juntou chefes de Estado e de Governo de 16 países – Angola, Moçambique, África do Sul, Botsuana, Comoros, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Maláui, Maurícia, Namíbia, Esuatíni (antiga Suazilândia), Tanzânia, Zâmbia, Zimbabué e Seicheles – para debater o desenvolvimento regional.





IPAJ DESAFIO SEUS TÉCNICOS A LEVAREM SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA PARA ZONAS RECÔNDITAS

Em Manica, o Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica, IPAJ desafia os seus técnicos jurídicos a levarem os serviços de assistência jurídica aos cidadãos carenciados nas zonas mais recônditas daquela província

“O desafio não é só do IPAJ mas também do Governo de levar os serviços de assistência para os cidadãos carenciados e irmos até as zonas mais recônditas”, disse René Macumbe, delegado do IPAJ.

O delegado do IPAJ em Manica lançou o desafio pouco depois do empossamento dos delegados daquele organismo ao nível dos distritos de Bárue, Mossurize, cidade de Chimoio e Vila de Gondola. Na ocasião o diretor provincial da justiça, exigiu dos ora empossados, maior empenho e profissionalismo.

“Temos que ser os profetas desta legalidade, não se ensina ao padre o pai nosso”, afirmou Abel Albuquerque.

Já os empossados, como que a responder ao desafio, prometeram não medir esforços para o bem da justiça e garante da legalidade, sobretudo para o seu grupo alvo que são cidadãos em conflito com a justiça e sem recursos financeiros.



OMS DESTACA E ELOGIA ACESSO À SAÚDE NAS PRISÕES PORTUGUESAS

A Organização Mundial da Saúde (OMS) Europa divulgou, a 2 de agosto, um artigo sobre a iniciativa conjunta dos Ministérios da Saúde e da Justiça, referente ao tratamento das infeções por vírus da imunodeficiência humana (VIH) e das hepatites virais na população reclusa.

O artigo refere que Portugal introduziu um novo modelo de cuidados para reclusos, realocando profissionais de saúde dos hospitais para as prisões e fornecendo cuidados de saúde para VIH e hepatites virais, permitindo também o acesso a cuidados para reclusos que anteriormente não conseguiam visitar hospitais devido a procedimentos de segurança complexos.

Carina Ferreira-Borges, gestora do Programa de Prisões e Saúde no Escritório Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças Não Transmissíveis da OMS, refere, neste artigo, que Portugal está na vanguarda internacional do acesso à saúde nas prisões.

A OMS sublinha que, com esta iniciativa, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) português procura garantir o mesmo acesso, qualidade e equidade de atendimento para todos os cidadãos.

É também referido que o sistema de saúde português reconhece as prisões como uma oportunidade para a saúde pública, pois o período de reclusão pode ser usado para tratar doenças infecciosas em indivíduos que, de outra forma, teriam acesso limitado ou interromperiam ciclos de tratamento devido a situações como pobreza extrema e vulnerabilidade social.



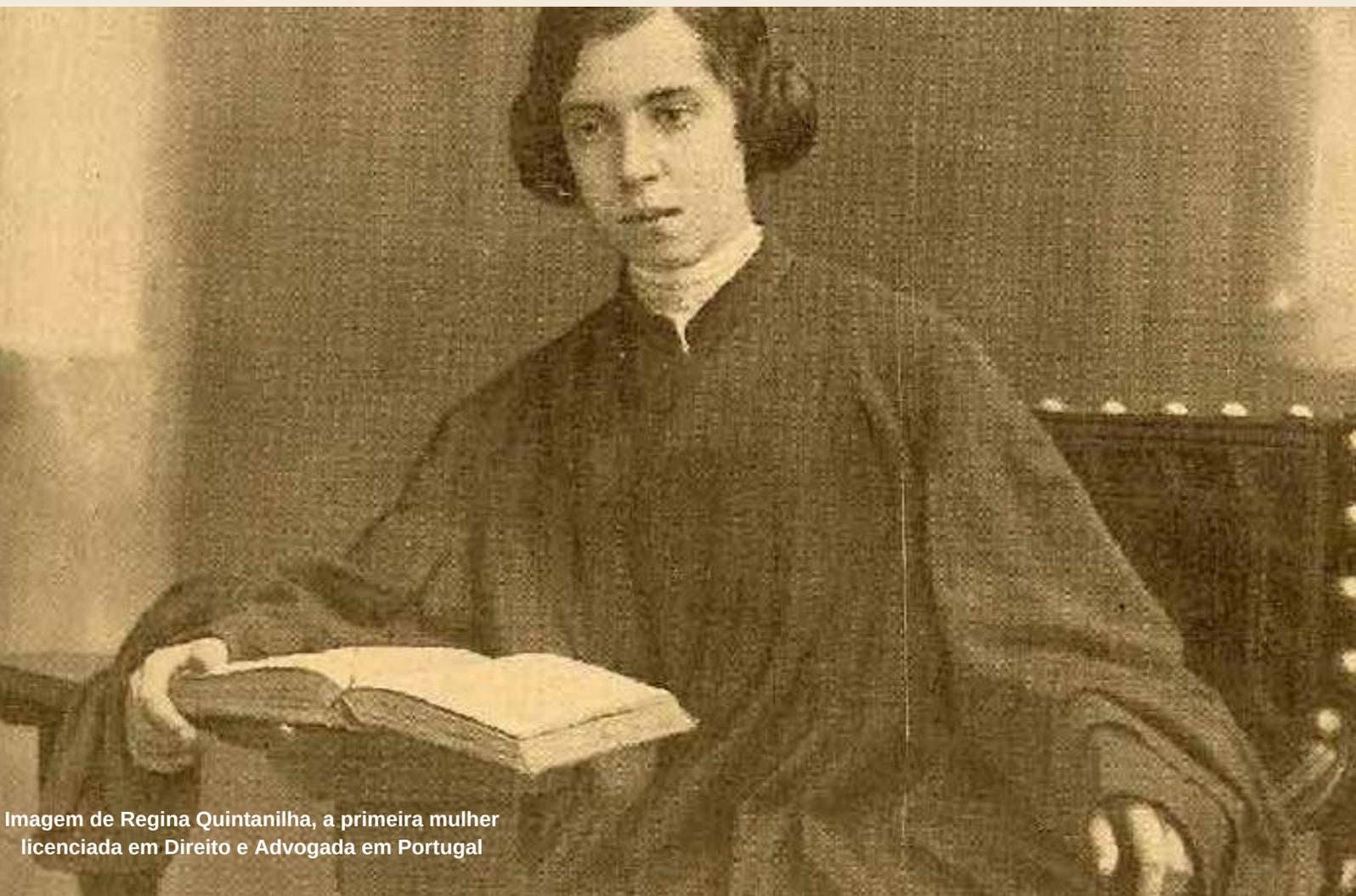


Imagem de Regina Quintanilha, a primeira mulher licenciada em Direito e Advogada em Portugal

ACESSO ÀS MULHERES A VÁRIAS FUNÇÕES PÚBLICAS DA JUSTIÇA PERMITIDO HÁ 100 ANOS

Celebrou-se no dia 19 de julho o centenário do decreto-lei n.º 4676 publicado no dia 19 de julho de 1918 no “Diário do Governo” que permitiu “à mulher portuguesa o desempenho de várias funções públicas.”

Este decreto acabou por não só abrir um novo mundo de possibilidades profissionais ao número crescente de mulheres que frequentavam cursos do ensino superior como, aliás, o próprio diploma reconhece - “é já porém mester reconhecer o facto da frequência das mulheres nos cursos de introdução secundária e superior, e o conseqüente advento das diplomadas ao exercício das profissões liberais” -, mas também por legitimar e regulamentar as atividades profissionais que algumas mulheres portuguesas já se arriscavam a exercer.





CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO E A POPULAÇÃO

Acelerar a promessa de Cairo é o lema da Conferência Nacional sobre a População e Desenvolvimento que teve lugar hoje no Palácio dos Congressos e organizada pelo FNUAP.

O primeiro-ministro e chefe do Governo, Jorge Bom Jesus foi quem presidiu a conferência que debruçou-se sobre quatro painéis nomeadamente:

- Interligação entre a Conferência Internacional da População e Desenvolvimento (CIPD), os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e a agenda 2063 da União Africana.
- O estado e evolução da População nos últimos 25 anos e as suas consequências

- A Implementação do Programa de Acção de Cairo em S.Tomé e Príncipe, os progressos e desafios

- Seguimento e Avaliação dos ODS e da Agenda 2063 para a planificação, os desafios e progressos.

O ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, Vinício Pina na qualidade de um dos oradores, abordou o estado e evolução da população, o crescimento acelerado da população em S.Tomé e Príncipe.

Por sua vez, da Directora do Planeamento do Ministério das Finanças Joana Damiana falou dos aspectos relacionados com a integração das questões da população na planificação do desenvolvimento enquanto Elsa Cardoso, Directora Geral do Instituto Nacional de Estatística abordou os indicadores globais e a situação atual dos ODS em S.Tomé e Príncipe e a estrutura etária da população entre 1940/1970 e os de 2012/2035.

A celebração em 2019 dos 25 anos da adoção do Plano de Acção de Cairo, oferece uma oportunidade única para todos nós individual e colectivamente, para reflectir sobre os progressos e desafios, bem como forjar novas parcerias para revitalizar o movimento para a realização da Promessa de Cairo.



É importante referir que a Comunidade Internacional celebra os 25 anos da conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento (CIPD) convocada sob os auspícios das Nações Unidas no Cairo Egipto, de 5 ao 13 de Setembro de 1994, com o intuito de reflectir sobre as interligações entre a população e o desenvolvimento.

O relatório sobre o estado da População Mundial de 2019 dá conta que, apesar dos progressos alcançados nos diferentes países nos últimos 25 anos, esses ganhos não são usufruídos por todos de igual forma igual. Há uma crescente desigualdade nas populações onde um número considerável de pessoas continua a viver em condições de extrema pobreza, sem o cumprimento do seus direitos humanos e liberdades fundamentais.

O marco mais alto das comemorações do 25º aniversário será a realização da Cimeira de Nairobi, em Novembro, para Acelerar a Promessa. A conferência oferecerá uma plataforma inclusiva, reunirá governos, agencias da ONU, sociedade civil, organizações do sector privado, grupos de mulheres e redes de jovens para analisar progressos e definir acções para reafirmação política da Agenda da CIPD e a sua contribuição para a Agenda 2030 e Agenda 2063



A Coordenação Regional do Legis PALOP+TL, foi ontem recebida, em audiência por sua Ex^a. a Sra. Ministra da Justiça, Dra. Ivete da Graça Correia, que manifestou total engajamento do país no processo de consolidação do Legis-PALOP+TL e na futura Presidência do Comitê de Coordenação.

Foram também discutidas no encontro diversas acções de dinamização a nível nacional com vista ao reforço da sustentabilidade.

MINISTRA DA JUSTIÇA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE EM AUDIÊNCIA COM LEGIS-PALOP

DEFENSORIA PÚBLICA DE TIMOR-LESTE



A Defensoria Pública de Timor-Leste, em sua origem, foi criada pelo Regulamento nº 24, de 05 de setembro de 2001. A atuação de defensores públicos brasileiros em Timor-Leste ocorre no âmbito de um projeto mais amplo de cooperação técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática do Timor-Leste, que tem como objetivo contribuir para o esforço de consolidação do Estado Democrático de Direito em Timor-Leste.

A cooperação técnica brasileira com o Timor-Leste no setor de justiça teve início em 2005 e vem se desenvolvendo por meio de projetos sucessivos, desde então. Nas primeiras etapas do projeto, os defensores públicos brasileiros realizavam funções típicas de defensores públicos em Timor-Leste. A edificação que abriga a Defensoria Distrital de Dili e a Defensoria Pública de Timor-Leste (DPTL) está localizada na Avenida Bispo de Medeiros, Balide, Dili.

Em 2008, com a edição do Decreto-Lei nº 38, de 29 de outubro, a Defensoria Pública passou a contar com Estatuto próprio, regrando a carreira de

forma ampla e assegurando prerrogativas, bem como apresentando deveres.

No âmbito deste projeto, foram criadas as Clínicas de Acesso à Justiça, espaços que pretendem tornar o trabalho da Defensoria Pública mais próximo do cidadão comum. Além disso, foi criado o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ) de Timor-Leste, onde se formam os futuros profissionais do sistema de justiça do país, como juízes, promotores e defensores. E, recentemente, foi instituída a Inspetoria.

O projeto de cooperação entre os dois países conta com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), e a execução da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Os defensores brasileiros têm se revezado no trabalho de cooperação por períodos que variam entre um e dois anos.



NESTA EDIÇÃO, DPU BRASIL APRESENTA:



EXPOSIÇÃO NO FLUXO: REFLEXOS DA MIGRAÇÃO E REFÚGIO DE MULHERES NO BRASIL

A exposição “No Fluxo: Reflexos da Migração e Refúgio de Mulheres no Brasil” retrata trajetórias individuais de mulheres que tiveram suas vidas marcadas por essa grande crise humanitária da atualidade. As imagens expressam a busca por justiça e superação de discriminações e violências. Essas mulheres deixaram seus países de origem

em situação de vulnerabilidade para revelar a força e bravura que possuem. No Brasil encontram proteção. Acolhimento é o que esperam. Múltiplas belezas irrompem da composição racial, étnica, social, etária e linguística que expressam. Os registros nos conduzem a uma jornada irreversível de empatia.



Lançada no final de 2017, na Defensoria Pública da União, como resultado da parceria entre a DPU, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) e o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), a mostra foi exibida no Ministério da Justiça, na estação rodoviária do Metrô e também na Câmara dos Deputados, em Brasília. Muitas dessas imagens integram uma coletânea de postais fotográficos, parte do acervo de bens culturais produzidos pela instituição.

As legendas que acompanham as imagens relatam brevemente os percursos individuais de cada pessoa e estão traduzidas para os idiomas inglês e espanhol.

DATAS HISTÓRICAS

Datas históricas importantes dos países da RIPAJ



ANGOLA

04/fevereiro - Dia da luta de Libertação Nacional
08/março - Dia Internacional da Mulher
04/abril - Dia da Paz
25/maio - Dia da África
17/Setembro - Dia do Herói Nacional
11/novembro - Dia da Independência Nacional



BRASIL

21/abril - Tiradentes
19/maio - Dia do Defensor Público
25/maio - Dia da África
07/setembro - Independência do Brasil
15/novembro - Proclamação da República



CABO VERDE

13/janeiro - Dia da Democracia
20/janeiro - Dia dos Heróis Nacionais
19/maio - Dia do Município da Praia
05/julho - Dia da Independência



GUINÉ-BISSAU

20/janeiro - Dia dos Heróis Nacionais
03/agosto - Dia dos Mártires da colonização
24/setembro - Dia da Independência
13/outubro - Final do Ramadão



MOÇAMBIQUE

03/fevereiro - Dia dos Heróis Moçambicanos
07/abril - Dia da Mulher Moçambicana
25/junho - Dia da Independência
07/setembro - Dia dos Acordos de Lusaka
25/setembro - Dia das Forças Armadas



PORTUGAL

25/abril - Dia da Liberdade
10/junho - Dia de Portugal



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

04/janeiro - Dia Rei Amador
03/fevereiro - Dia dos Mártires
12/julho - Dia da Independência
06/setembro - Dia das Forças Armadas



TIMOR-LESTE

20/maio - Restauração da Independência
30/agosto - Dia da Consulta Popular
28/novembro - Proclamação da Independência

Expediente

Secretaria Administrativa da RIPAJ

Editorial e Revisão: Ilana Szabo

Diagramação e Design: DPU - Assessoria Internacional (Jefferson Acácio)

Tel: + 55 61 3318-4364 E-mail: internacional@dpu.def.br Web: www.dpu.def.br/ripaj